

A CULTURA PORTUGUESA, UM PERCURSO NA TERCEIRA MARGEM

Maria Helena Varela

Em recente pesquisa, questionando-nos sobre a pertinência e originalidade de um pensamento em língua portuguesa, ousamos designar de *heterólogos* esse pensar heterodoxo e mestiço, tolerante e impuro entre o *mythos* e o *logos*, o filosófico e o literário, o poético e o profético, que é característico da cultura lusa e brasileira.

Povo acantonado numa *terra marítima*, insatisfeito na sua mitogenia sófica, a razão de ser dos portugueses revelou-se sempre tendencialmente nômade, miscigenada e plural. A viagem foi sempre o nosso jeito de navegar mais do que existir, a nossa forma peculiar de estar no mundo, jogando no mar sem fim o seu *telos* transcendente. Vivemos sempre *além de nós*, saltando fora do real, como dizia Oliveira Martins¹; no mito e na poesia, no Oriente e na profecia sonhamos sempre com Índias, Brasis e Áfricas, até que ilocalizáveis num espaço e tempo reais, se transformaram em impérios míticos, feitos de anseios e lonjuras. Nos mares nunca dantes navegados, no sebastianismo ou no saudosismo, procuramos ocultar a nossa fragilidade de pequena nação da Europa; incapazes de nos contermos na realidade histórica do presente, transfiguramos o passado, escrevendo *Histórias do Futuro*.

A nossa existência histórica perdeu-se na *Distância* e na *ficção*. Só existimos longe, fora de nós, no Oriente do sonho, ou no Ocidente impensado ainda. Ora exageramos o esplendor épico da viagem, ora nos rendemos inferiorizados e fascinados pelos estrangeiros modelos, atribuindo-lhes função salváticas, mítico-mágicas. Mas o sentido que tivemos e ainda temos de nos julgarmos orientados por um providencialismo transcendente parece constituir a explicação mais profunda da nossa cultura, mais do que qualquer leitura positivista dos fatos. Por isso, em Antonio Vieira, Sampaio Bruno, Fernando Pessoa, Agostinho da Silva e tantos outros, um projeto universalista e messiânico, uma *missão* numinosa e transcendente parece dominar, dos mitemas sebásticos e quinto imperialistas, aos filosofemas algo impuros, como uma espécie de arquétipo fundador do nosso inconsciente coletivo.

Nas suas raízes débeis de tão míticas, o sentido da cultura em língua portu-

guesa parece só existir na *Distância* e na *lonjura*, sempre transcendido num além marítimo, nessa ânsia de “poder ser”, de “desejar poder querer” de que fala Pessoa em *Mensagem*² como se só existíssemos na e pela viagem, a *grande viagem* interrompida, detida ou desviada, que urge reinventar para nos sentirmos existir. A viagem decorre da nossa inserção numa *terra marítima* em que o mar é a própria imagem do infinito, símbolo de transcendência e de mistério. No Mar, “a nossa alma atlântica se exalta e entorna”³, determinando-se aí a nossa existência de seres oceânicos, navegantes, para quem ser é partir “para a aventura indefinida, para o Mar Absoluto, para realizar o impossível”⁴, como diz Álvaro de Campos.

Em suma, a transcendência impôs-se-nos pela geografia; tanto mar, por certo nos fascinou e ainda fascina. Ganhou forma na *res gesta* em que o factual e o mítico, a razão e o mistério se digladiam numa teia de decifração paradoxal. Transfigurou-se na nossa vocação épica, saudosista, messiânica e sebastianista. Concretizou-se na poesia, nossa forma peculiar de escrita, já que sempre preferimos a metáfora ao conceito, o mitológico ao lógico, talvez para não morrermos de verdade, como dizia Nietzsche, ou porque a verdade dos sistemas e a clausura das ortodoxias nos sufocavam as aspirações plurais e transcendentes. Mas se “a nossa relação com o real foi e é ainda originária e essencialmente mítica, a ela se subordinando o próprio discurso racional”⁵, como diz Eduardo Lourenço, os nossos messianismos sebastianistas articulados ao mito do Quinto Império, longe de se cristalizarem na *ratio* lusitana, no texto de Vieira, Pessoa e tantos mais, ascenderam da utópica e ucrônica promessa, a um dinamismo teleológico e cultura universalista exemplares.

Terra marítima, debruçada sobre o Atlântico, esse mar sem fim, Portugal estaria desde sempre vocacionado para ser *terra de missão* e de *iniciação*. Como terra limite, *finisterra*, é o ponto de passagem para o centro mítico do mundo — o *utopos* da Promessa — para a realização da totalidade e reintegração cósmicas, através de um *epos* físico e metafísico, de um império material e espiritual. Seja na procura do reino do Preste João, na descoberta da Índia, ou na união do Ocidente e do Oriente, é sempre de demanda de um paraíso perdido/terra prometida que se trata, da realização de um império outro, a profecia utópica e ucrônica — o Quinto Império.

Da razão em língua portuguesa poder-se-á então dizer que é todo o mundo e ninguém, de tão fluida e imensa, imersa e dissolvida, partida e repartida no universal de todos os lugares e pessoas do mundo. Cultura em pedaços fragmentada, mapa-mundi de várias intersecções, solução sem exclusão de todos os possíveis, a cultura portuguesa é a cultura de uma razão nômade e de um ser em diáspora. Perdida nas viagens, funde o diverso e o disperso, as repetições e as diferenças, os arquétipos e as metamorfoses; única e plural é o lugar das miscigenações, o espaço-tempo da travessia, da tolerância e do ecletismo. Nos antípodas da vontade de saber ocidental, do roteiro binário e disjuntivo dos sistemas lógicos ortodoxos, a razão em língua portuguesa, nem transviada nem adiada, mas sem cessar recriada nas suas viagens e mestiçagens, mitos e miragens, parece assumir-se como um *mythos* cheio de saberes e um saber debruado de mitos, um *logos* mais *poético-profético* do que *noético*, mais *edificante* do que *sistemático*. Razão nômade e razão mestiça, errância física e metafísica parecem, pois, complementares na

cultura portuguesa, na medida em que a viagem pressupõe a mestiçagem, o despauamento e a errância, a tolerância.

Próxima do que hoje costuma designar-se de discursos da pós-modernidade, poder-se-ia então concluir que a cultura em língua portuguesa, sem estar *à margem*, se situa *entre margens*, nesse lugar-travessia que poderíamos chamar de *terceira margem do logos*, parafraseando o mestre da brasilidade, Guimarães Rosa. Pareceu-nos sobremaneira importante destacar a cultura em língua portuguesa, mais do que a cultura portuguesa num sentido estrito, como uma cultura de terceira margem, *diatópica*; por um lado fluida e atópica, lugar entre, passagem, travessia; por outro lado, confluência de intersecções e miscigenações. Daí a metáfora rosiana do rio, o espaço do movimento, permanência na mobilidade — seja em *A Terceira Margem do Rio*, seja no herói Rio-baldo, seja no próprio autor quando se autodefine como um crocodilo vivendo nas águas do rio São Francisco, como um *magister* da metafísica⁶ — expressiva da própria brasilidade na travessa hesitante, mas demasiado humana, de si mesma.

No imaginário em língua portuguesa, as águas constituem um elemento mediático, *religioso* de grande importância simbólica. No Brasil, o rio é o eixo líquido de um mundo terrestre, tendo aí a água doce esse duplo significado de que fala Mircea Eliade, o de indiferenciação e dissolução, por um lado, e o de regeneração e renascimento, por outro. Em Portugal, as águas perdem-se na transcendência abissal de uma *terra marítima* e de um *mar sem fim*, esse mar salgado de que fala Pessoa, cujo sal se confunde com as lágrimas de um Portugal “à beira mar e à beira mágoa”⁸. Meta-humana, como nota Bachelard, a água marítima é desumana; embora funcione como elemento mediático entre povos e continentes, não é regeneradora como os rios dossertão, daí talvez o procurar-se a reintegração renovadora na terra da promessa escatológica.

Entre margens ou *entre continentes*, povo-rio ou povo-marinheiro, o *anthropos* em língua portuguesa permanece *terceira pessoa*, inclusa e mestiça, nômade e mediadora. Entre margens, o pensamento brasileiro é a *terceira margem do rio* rosiano; entre continentes, o pensamento lusitano é esse *mar sem fim* pessoano, império outro, fluido e volátil, marítimo e espiritual. Entre a *terra marítima* de origem e a *terra da promessa* escatológica, o *porto infinito* e o *porto seguro*, o desejo e a esperança, o passado e o futuro, talvez isso a que alguns chamaram saudade. Terra de rios, país do futuro, no Brasil está por certo, o segredo da ressurreição de um povo marítimo, saudoso, à procura, sempre à procura desse nada que é tudo, o renascer sem fim do seu império espiritual, da sua língua e do seu *mythos*.

Numa cultura *entre margens*, *terceira margem*, como a portuguesa, em que o mito é o nada que é tudo, a *arché* e o *telos* de uma razão miscigenada e imaginante, a sua lógica parece-nos mais próxima da lógica concreta do mito e da ascética dos místicos, constituindo-se na afirmação de uma *terceiro termo* que, de excluído na lógica tradicional, passará a incluir-se como o elogio das misturas e das mestiçagens, lugar de intersecções e conjunções, numa coincidência de opostos, aquém e além das sínteses racionais. Nos mitos e cosmogonias, esta lógica do *terceiro incluído* parece articular-se com a figura de uma *terceira pessoa* andrógina e mestiça, una e múltipla, seja o andrógino primordial, seja o de () *Banquete* de Platão, paradigmata da perfeição proposta ao

homem na sua aspiração à unidade. Na própria teologia cristã, a figura do Espírito Santo, terceira pessoa espiritual que procede das outras duas, é o símbolo da Sabedoria iniciática, das línguas e das viagens, da tolerância e da miscigenação, ou seja, da travessia entre margens, porque termo médio e intermédio.

Será importante salientar como o mitologema quinto-imperialista e os cultos do Espírito Santo, tão difundidos nas culturas de língua portuguesa, sobretudo em Portugal, Açores e no Brasil, remetem para a figura volátil e ambígua desta terceira pessoa espiritual, cuja importância simbólica, devemos reevocar. O Quinto Império, enquanto império do espírito, tecido de anseios e lonjuras, no dizer de Agostinho da Silva, pressupõe também a coincidência dos opostos, Oriente e Ocidente, Céu e Terra, um imperialismo andrógino⁹, como nota Fernando Pessoa; enquanto pátria espiritual, *diatópica*, parece só existir como *terceiro lugar*, espaço fluido e atópico, de intersecções e miscigenações, facilmente identificável com a língua, como no poeta.

Procuramos traçar em breves linhas a rota da cultura portuguesa como um percurso na *terceira margem, entre margens*; por um lado, *entre* a razão e o imaginário, por outro, mais transnacional do que nacional, porque *entre* as várias culturas locais, regionais em que se dispersou. Próximo desta nossa colocação parece-nos estar o sociólogo Boaventura Sousa Santos, quando no seu mais recente livro *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*¹⁰, nos fala da cultura portuguesa, como um cultura *intermédia, de fronteira*¹¹. Segundo este autor, mais do que da cultura portuguesa, dever-se-ia falar de forma cultural portuguesa, sendo a *fronteira* o modo cultural de estar no mundo dos portugueses. A fronteira é uma zona híbrida, de mestiçagens e multiculturalismos, por isso mesmo, uma cultura de fronteira é essencialmente adjetiva, vazia de caracterizações identitárias, ausência de substantivação endógena, mas, simultaneamente, apetência virtual de todas as adjetivações exógenas possíveis, espaço fluido e transnacional de todas as variações, miscigenações e metamorfoses. Fomos todo o mundo e ninguém “tanto o Europeu como o selvagem, tanto o colonizador como o emigrante”¹², porque étnica e geograficamente nos situamos *entre*, na *passagem* e, simultaneamente, na confluência e na intersecção, acêntricos ou descentrados porque policêntricos, logo mais cosmopolitas do que nacionalistas.

“Com exceção de um período de algumas décadas nos séculos XV — XVI, Portugal foi durante todo o longo ciclo colonial um país semiperiférico”¹³, diz o autor citado; simultaneamente o centro de um grande império colonial e a periferia da Europa, colonizador e colonizado. “Portugal foi o único país colonizador a ser considerado por outros países colonizadores como um país nativo ou selvagem”¹⁴, chegando “os portugueses, além de colonizadores, a serem emigrantes nas suas próprias colônias”¹⁵. Enquanto cultura europeia, a cultura portuguesa foi uma periferia, que como tal assumiu mal o seu papel de centro em relação às periferias não europeias, que descobriu e colonizou. Daí o acentrismo e cosmopolitismo da nossa cultura, traços que articulados à sua situação semiperiférica, inviabilizam em nossos dias quaisquer laços neocolonialistas com suas ex-colônias, propiciando formas pós-modernas de reterritorialização cultural que passam provavelmente pela lusofonia.

Ao contrário das culturas ocidentais, *antropoêmicas*, no sentido atribuído a este

termo por Lévi-Strauss (do grego *emein*, vomitar), em que a mesmidade da razão exclui, marginalizando as culturas diferentes, poderíamos dizer que a cultura portuguesa foi *antropofágica* (do grego *phagein*, digerir, engolir), assimilando as culturas diferentes em que se dispersou, numa espécie de autocanibalização étnica, sendo a mestiçagem e a pluralidade, o traço mais marcante da sua originalidade. Esta forma cultural *entre*, de *terceira margem* ou de *fronteira*, parece aliás estender-se, ainda que de modo diferente, à cultura em língua portuguesa *latu sensu*; seja no Brasil, onde a travessia étnica, a miscigenação, o multiculturalismo nos parecem ser traços dominantes, seja provavelmente nos países africanos de expressão portuguesa que quase desconhecemos, num sentido antropológico rigoroso.

Pareceu-nos pertinente, nesta reinterpretação da cultura portuguesa, e numa perspectiva algo semelhante à do sociólogo que vimos citando, destacar o modo como se articulam os sintomas da *desterritorialização* e da *reterritorialização* numa forma cultural diasporante, sempre além de si, de acordo com o significado mais geral destes itens na pós-modernidade. Num momento em que a crise da razão científico-instrumental e seus paradigmas parece coexistir na penumbra epistemológica com a emergência de novos paradigmas, ao mesmo tempo que os sintomas de desterritorialização se acentuam, seja através da transnacionalização dos sistemas econômicos, seja da translocalidade das pessoas e da disseminação da informação, parecem ressurgir, entre a nostalgia e o revivalismo, movimentos étnicos de reterritorialização, a procura de raízes, a emergência de identidades locais e regionais, sob formas diversas de nacionalismos, travestidos de fundamentalismos religiosos ou de regionalismos culturais. Esta procura de identidade, “o direito às raízes assenta sempre na idéia de um território, seja ele imaginário ou simbólico, real ou hiper-real”¹⁶. Pré-modernos, os movimentos de reterritorialização ressurgem como índices de pós-modernidade, nomeadamente nos estados multi-étnicos ou nos povos translocalizados, como expressão dos multiculturalismos e regionalismos, coexistindo espontaneamente com os fenômenos de universalidade e desterritorialização que a modernidade acentuou com a intensificação das interdependências e das interações sócio-culturais.

No espaço geográfico português, numa terra estreita, sempre transcendida num além-marítimo, a desterritorialização parece impor-se-nos por vocação e por destino. Por isso, o espaço português parece oscilante entre o espaço transnacional e o local, “sendo aí o espaço nacional, intermédio, sempre deficitário”¹⁷. Incapaz de se conter num espaço único, nessa orla vã de terra, de que fala o poeta, a cultura portuguesa procura sua identidade num *além*, geográfico ou imaginário, definindo-se no indefinido, entre o cosmopolitismo transnacional e a miscigenação do local. Assumindo por defeito seu *aquí e agora* impreciso, porque espaço *entre*, *fronteiriço*, a cultura portuguesa fica-se incapaz de diferenciação exógena e de homogeneização endógena. “Por um lado, nunca se conseguiu diferenciar totalmente perante culturas exteriores, no que se configurou um déficit de identidade por diferenciação; por outro lado, manteve uma enorme heterogeneidade interna, no que se configurou um déficit de identidade pela homogeneidade.”¹⁸

No seu “universalismo sem universo”, “tecido” da multiplicação infinita de localismos”¹⁹, o espaço da reterritorialização portuguesa será sempre um

território mais imaginário do que real, seja esse Quinto Império mítico e espiritual, seja a língua, essa pátria simbólica de quantas a falam, um *super espaço* capaz de aglutinar os filhos da diáspora, a *polis* virtual onde mergulham as raízes aquáticas de um povo marinheiro, mais *rizomático* do que *arborescente* na sua existência descentralizada e plural.

A reterritorialização, a procura de identidade nacional numa cultura deficitariamente substantiva, porque essencialmente desterritorializada e além de si, foi sobretudo dramática nos momentos em que Portugal ficou mais circunscrito à sua realidade territorial exígua, ao seu espaço nacional deficitário e asfixiante. Após a desterritorialização marítima, colonial, sempre cantada na desterritorialização poético-profética, imaginária, Portugal confrontar-se-á com sua realidade nacional, sobretudo nesse momento dramático que foi o Ultimátum em 1890. Perante a quase inviabilidade de ser português, os movimentos de reterritorialização sucedem-se, sempre como procura de um território simbólico, imaginário, mais hiper-real do que real, seja no saudosismo e na alma lusíada de Teixeira de Pascoas e da Renascença Portuguesa, seja na própria geração do Orfeu, sobretudo em Pessoa que, apesar do seu cosmopolitismo, soube como ninguém entender a importância do *mythos* (sebastianismo e quinto império) e da língua (a minha pátria é a língua portuguesa) como territórios virtuais, hiper-reais, onde mergulham as raízes frágeis de um povo flutuante e de uma história futura.

De novo e lucidamente em 1974, exceto para aqueles que se recusam a olhar o real de frente, Portugal confronta-se com a definição geográfica e histórica da sua indefinição étnica. Reduzido à sua realidade nacional sempre deficitária e asfixiante, encontrar-se-á perante o dilema de um sentido outro para a sua vocação histórica, transnacional, subitamente sem sentido. No limiar de si, nos seus limites territoriais reais, e quase logo empurrado para uma outra desterritorialização contra a natureza — já não a desterritorialização marítima e colonial que nos definiu, mas a desterritorialização política e econômica numa Europa em que mal ocupamos a periferia — os movimentos de reterritorialização parecem ressurgir na pátria lusitana. Trata-se ainda e sempre da procura de um território simbólico, imaginário, de uma pátria *super espacial*, de um império mais do que nunca espiritual, agora, sobremaneira materializado na língua portuguesa, naqueles que a falam e recriam, sendo a lusofonia a sua expressão mais comum.

Em torno da tão evocada *razão atlântica*, de uma C.P.L.P. (Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa), a reterritorialização está em marcha, sintoma pré-moderno da pós-modernidade como tantos mais em Portugal. Outros sintomas de reterritorialização surgem ainda, como o *federalismo ibérico*, com adeptos e algumas práticas culturais nos dois países, baseado nas afinidades geográficas, linguísticas e étnicas de ambos. Aliás, este surto de iberismo parece já ter sido alternativa noutros momentos de crise de identidade nacional, como nos finais do século passado, sendo seus adeptos alguns nomes da Geração de 70, sobretudo Oliveira Martins. Em qualquer dos casos, o excesso mítico dos discursos sobre a reterritorialização numa cultura onde o imaginário é dominante, parece ser o grande risco²⁰, não nos cabendo a nós filósofos apenas porque poetas — como é característico dos portugueses — por mais lúcidos, ultrapassar nossas suspeitas.

País semiperiférico, hoje desterritorializado apressadamente na Europa, ontem

grandiosamente no mundo, procurando suas raízes frágeis e império simbólico na comunidade da língua e do *mythos*, nos seus arquétipos e metamorfoses, parece-nos que caberá ainda a Portugal manter sua posição de *fronteira*, *entre* o centro europeu, de que, apesar de tudo, faz parte, e as periferias de expressão portuguesa, como aliás é sua vocação atlântica, mais do que sua missão transcendente.

Razão nômade, a razão em língua portuguesa parece só existir na *Distância* e na *lonjura*, na desterritorialização real e mental, física e metafísica de si mesma, sendo o Brasil consequência da desterritorialização geográfica e antropológica dos portugueses. Desterritorializada na viagem, nos *topoi* reais e possíveis, até ao *utopos* impossível — a terra da promessa escatológica — a cultura em língua portuguesa parece reterritorializar-se no *mythos* e na língua, um *mythos* reintegrador e uma língua transplantada e enriquecida, a pátria comum de quantos a falam e recriam, a casa metafísica de um ser em diáspora. A geofilosofia da razão desterritorializada na *Distância* pressupõe a reterritorialização da razão imaginária e dialogante, a busca da consciência possível de si, de uma identidade sempre além de si, no *mythos* mais do que no conceito, na língua mais do que na *polis*, no *actual* mais do que no presente, entendendo-se por *actual*²¹, não o que somos, mas aquilo em que nos tornamos. *Terceiro incluído* na travessia de mares, países e continentes, aquém e além mar, nos seus contrastes e confrontos desvios e metamorfoses, a pátria cultural comum parece ser, de fato, a língua portuguesa.

Comunicação apresentada à PUC-RIO,
em 19 de outubro de 1995:

Seminário da Lusofonia: Culturas de Expressão Portuguesa.

Notas

1. MARTINS, Oliveira. *História da Civilização Ibérica*. Lisboa: Guimaraes editores, 1994. p. 49
2. PESSOA, Fernando. *Obra Poética*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1992. p. 88.
3. *op. cit.*, p. 82.
4. *op. cit.*, p. 321.
5. LOURENÇO, Eduardo. "Psicanálise Mítica do Destino Português". In: *Raiz e Utopia*, 5/6, p. 5
6. ROSA, Guimaraes. "Entrevista a Gunter Lorenz". In: *Guimaraes Rosa*. Rio de Janeiro: Civilização, 1990. p. 72.
7. ELIADE, Mircea. *Tratado de História das Religiões*. Lisboa: Cosmos, 1970. p. 231-33.
8. PESSOA, Fernando. *op. cit.*, p. 82.
9. PESSOA, Fernando. *Portugal, Sebastianismo e Quinto Império. Obra em Prosa*. Introdução, organização e notas de Antonio Quadros. Mem Martins: Europa América, 1992. p. 127-28 Vol.7.
10. SANTOS, Boaventura Sousa. *Pela Mão de Alice: O Social e o Político na Pós-Modernidade*. Porto: Afrontamento, 1994, Cap. 3 e 6.
11. *op. cit.*, p. 134.
12. *ibidem*.
13. *op. cit.*, p. 130.
14. *op. cit.*, p. 59.
15. *op. cit.*, p. 133.
16. *op. cit.*, p. 54.
17. *op. cit.*, p. 133.
18. *ibidem*.
19. *op. cit.*, p. 134.
20. *op. cit.*, p. 57.
21. FOUCAULT, Michel. *L'Archéologie du Savoir*. Paris: Gallimard 1974. p. 172.